

Contexto Institucional

A Chubb Resseguradora Brasil S.A. ("Chubb Resseguradora") faz parte do Grupo Chubb que atua em escala global e se originou nos Estados Unidos, mas atualmente tem sede na Suíça. Presente em 54 países, conta com 30 mil funcionários e possui negócios em 140 nações. Quando iniciou suas atividades em 1985, o grupo se especializou em nichos específicos e passou a oferecer soluções inovadoras de forma contínua. O Grupo Chubb se diferenciou no mercado e se transformou em uma das maiores organizações de seguros e resseguros do mundo.

Responsabilidade Social

A Chubb tem uma história rica em promover o envolvimento filantrópico nas comunidades onde os nossos colaboradores vivem e trabalham. Temos orgulho em investir no bem-estar das nossas comunidades locais, através do voluntariado, doações, patrocínios e programas de bolsas de estudo.

Casa Hope

A Chubb contribui mensalmente com o programa "Adote um Leito", com o objetivo de garantir a sustentabilidade para o dia a dia da instituição. Cada leito adotado possibilita a permanência de uma criança e seu acompanhante, obtendo o apoio integral oferecido

pela Casa Hope durante todo o período de tratamento.

Vivenda da Criança

A Chubb colabora com projetos e campanhas em parceria com a Vivenda da Criança. A Chubb prepara crianças e adolescentes para o mercado de trabalho. Além disso, proporciona aos jovens o conforto e amparo da moradia, com refeições, reforço escolar e diversas atividades de lazer.

Pacto Global

Como membro do Pacto Global da ONU, a Chubb apoia a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa e está comprometida em alinhar as operações comerciais com os princípios que abordam direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Fundo de Estado de Direito da Chubb

O Fundo de Estado de Direito da Chubb apoia organizações comprometidas com projetos na África, América Latina, Oriente Médio e ELUA, que ajudam jovens presos, refugiados, pobres, vítimas de conflitos políticos e violentos, combatendo o crime organizado internacional e a corrupção.

Meio Ambiente

Desde 2006, a Chubb tem reduzido a emissão de gases de efeito estufa (GEE). A companhia continua a implantar soluções bem-sucedidas para reduzir as emissões de GEE, incluindo a instalação de iluminação e equipamentos de elevada eficiência energética. A matriz da Chubb Brasil está localizada no Edifício Eldorado Business Tower, primeira edificação de grande porte no Brasil a receber Certificação LEED de sustentabilidade.

Resultado do período, perspectiva e planos da administração

A Chubb Resseguradora apresentou Prêmios emitidos líquidos de R\$ 218.316 (R\$167.381 em 31 de dezembro de 2017), bem como apresentou como resultado no exercício findo em dezembro de 2018 o lucro líquido de R\$9.931 (lucro líquido de R\$ 34.298 em 31 de dezembro de 2017), mantendo a disciplina na subscrição com foco na melhoria da rentabilidade.

Agradecimentos

Aos Acionistas pelo suporte às suas operações. Aos Clientes e Corretores pela preferência demonstrada. Aos nossos estimados Profissionais pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

A Diretoria  
São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>598.522</b>	<b>488.612</b>	<b>Circulante</b>	<b>652.594</b>	<b>550.041</b>
Disponível	26.133	238	Contas a pagar	4.792	42.693
Caixa e bancos	26.133	238	Obrigações a pagar	2.742	27.687
Aplicações	6	15.704	Impostos e encargos sociais a recolher	23	26
Créditos das operações com seguros e resseguros	304.096	255.065	Encargos trabalhistas	118	99
Operações com seguradoras	7.1	246.858	Impostos e contribuições	10.1.2	1.909
Operações com resseguradoras	7.2	57.238	14.881	1.909	14.881
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>8</b>	<b>25.190</b>	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>301.875</b>	<b>198.418</b>
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	9	185.727	Operações com resseguradoras	7.3	263.109
Títulos e créditos a receber	40.838	21.629	Corretores de seguros e resseguros	38.766	30.435
Títulos e créditos a receber	3	3	Depósitos de terceiros	15	58.259
Créditos tributários e previdenciários	10.1.1	40.761	Provisões técnicas - resseguros	16	287.630
Outros créditos	74	49	Outros débitos	38	1.193
Custos de aquisição diferidos	11	1.026	Passivo não circulante	7.317	8.013
Resseguros	1.026	1.048	Contas a pagar	1.063	1.384
Ativo não circulante	207.470	206.226	Tributos diferidos	1.063	1.384
Realizável a longo prazo	207.467	206.196	Provisões técnicas - resseguros	16	6.254
Aplicações	6	202.043	Patrimônio líquido	146.081	136.784
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	9	5.181	Capital social	17.1	72.208
Custos de aquisição diferidos	11	243	Reservas de lucros	72.164	62.708
Resseguros	243	84	Ajuste de avaliação patrimonial	1.709	1.846
Imobilizado	12	3			
Bens móveis	3	21			
Intangível	13	9			
Outros intangíveis	9	9			
<b>Total do ativo</b>	<b>805.992</b>	<b>694.838</b>	<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>805.992</b>	<b>694.838</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Legal	Estatutária	Ajuste com TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>72.208</b>	<b>3.249</b>	<b>35.111</b>	<b>551</b>	<b>-</b>	<b>111.119</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.295	-	1.295
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.298	34.298
Proposta para distribuição do resultado	-	-	22.655	-	(24.370)	(1.715)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(9.928)	(9.928)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>72.208</b>	<b>4.964</b>	<b>57.766</b>	<b>1.846</b>	<b>-</b>	<b>136.784</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(137)	-	(137)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.931	9.931
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	497	-	-	(497)	-
Dividendos Propostos	-	-	8.937	-	(9.434)	(497)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>72.208</b>	<b>5.461</b>	<b>66.703</b>	<b>1.709</b>	<b>-</b>	<b>146.081</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Chubb Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora" ou "Companhia") é uma controlada indireta da Chubb Limited, grupo segurador e ressegurador internacional, por intermédio da Chubb Brazil Holdings, e da Chubb INA International Holdings, Ltd., constituída em 16 de abril de 2009 e autorizada a operar como resseguradora local, por meio de Portaria SUSEP nº 3.352 de 25 de novembro de 2009, atuando em todo o território nacional nos ramos de resseguro de danos e pessoas. Está localizada na Avenida das Nações Unidas, 8.501 - 25º andar, São Paulo - SP.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Resseguradora foi autorizada pela Administração, em 25 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais são de responsabilidade da administração e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e suas atualizações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Novas normas contábeis com vigência em períodos futuros:

- IFRS 9 - Estabelece novos princípios sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros;
- IFRS 15 - Estabelece critérios para o reconhecimento de receita de contratos com cliente;
- IFRS 17 - Substitui o IFRS 4 sobre contratos de seguros;
- IFRS 16 - Estabelece novos princípios para reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil.

As alterações previstas nestas normas serão objeto de análise pela administração da Resseguradora, dependendo ainda de aprovação pela SUSEP.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Bases para preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado pela avaliação a valor justo dos ativos financeiros nas categorias "disponível para a venda", por meio do patrimônio líquido, e "avaliados ao valor justo" por meio do resultado.

As informações de prêmios de retrocessões são demonstradas em todas as linhas das demonstrações financeiras líquidas dos custos de aquisição. As provisões técnicas estão constituídas brutas de resseguros, sendo que os respectivos registros estão demonstrados na linha "Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas".

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Resseguradora no processo de aplicação das políticas contábeis.

A relação dessas estimativas contábeis críticas encontra-se descrita na nota 4.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Resseguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Resseguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

3.3 Caixa e equivalente de caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixas e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica "Disponível".

3.4 Ativos financeiros

3.4.1 Classificação e mensuração

Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial de acordo com a intenção da administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado para a venda ou empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos.

(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição.

Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente, estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Companhia compreendem as demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são os ativos financeiros que são contabilizados pelo seu valor justo por contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos.

(d) Determinação do valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. As cotações para demonstração do valor justo são fornecidas pelos custodiantes do portfólio.

3.5 Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A cada data de balanço a Resseguradora avalia se há evidências de que um determinado ativo classificado nesta categoria está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio e reconhecida imediatamente no resultado.

(b) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo empréstimos e recebíveis)

Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Resseguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado.

Os recebíveis originados de contratos de seguros, como os saldos de prêmios a receber e os sinistros pagos a recuperar de seguradoras e resseguradoras são classificados pela Resseguradora nesta categoria. Uma provisão para redução ao valor recuperável desses recebíveis é apurada com base em estudo técnico elaborado em consonância com as

determinações estabelecidas pela SUSEP, sendo assim, os critérios de risco estão atualizados na data de 31 de dezembro de 2018 e levam em consideração o risco de inadimplência.

3.6 Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos

Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Resseguradora não registrou nenhuma transação com instrumentos financeiros derivativos.

3.7 Avaliação de contratos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradoras, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de retrocessão e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos à resseguradoras são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão em retrocessão.

Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Resseguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado.

3.8 Ativos intangíveis

3.8.1 Software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produto de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Resseguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (a) É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- (b) A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- (c) O *software* pode ser vendido ou usado.
- (d) O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- (e) Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- (f) O custo atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a estes critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes.

Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Resseguradora.

3.9 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico.

O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras.

3.10 Contratos de resseguro e contratos de investimentos - classificação

A Resseguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de resseguro, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Resseguradora define como regra geral risco significativo de seguro, com a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial), que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurador não ocorra. Os contratos de investimentos são aqueles que não transferem risco significativo de seguro e na data da adoção dos CPCs, a Resseguradora não identificou este tipo de contrato.

Os contratos de resseguro são classificáveis segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC11 - "Contratos de Seguro", correspondente ao IFRS 4.

3.11 Avaliação dos passivos originados de contratos de resseguros

3.11.1 Passivos de contratos de resseguros

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) - Resolução de 2015, e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais. As provisões técnicas constituídas pela Resseguradora são constituídas conforme o descrito nos itens abaixo.

3.12 Provisões técnicas

3.12.1 Passivos por contratos de Resseguros

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as legislações em vigor, a saber, Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e suas atualizações, guias de orientação da SUSEP e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais. As provisões técnicas constituídas pela Resseguradora são constituídas conforme o descrito nos itens abaixo.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVE)

Esta provisão é calculada mensalmente, ao final de cada mês, e constituída para os contratos assumidos e emitidos até a data-base de cálculo, com o objetivo de estimar os valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer após a data-base e até o final da vigência de cada risco associado aos contratos, obedecidos os critérios estabelecidos na legislação em vigor.

A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio de resseguro, em moeda nacional, bruto das operações de retrocessão.

Nos casos de emissão anterior ao início de vigência do contrato, a provisão corresponderá ao valor integral do prêmio usado como base de cálculo.

Conforme o tipo e modalidade de contrato de resseguro, a metodologia de cálculo está brevemente descrita abaixo:

• **Contratos Proporcionalis e Facultativos:** A PPNG-RVE para os contratos proporcionais e facultativos é resultado do diferimento "pro rata die" do prêmio emitido entre a data-base do cálculo e a data de fim de vigência do risco associado ao contrato.

• **Contratos Não Proporcionalis:** A PPNG-RVE para os contratos não proporcionais da vigência média estipulada para cada contrato. A PPNG-RVE para os contratos não proporcionais da modalidade *Loss Occurring* é resultado do diferimento "pro rata die" do prêmio emitido entre a data-base do cálculo e a data de fim de vigência do contrato.

Adicionalmente são estimados os correspondentes Ativos de Retrocessão da PPNG-RVE, com base nos mesmos critérios indicados acima, por tipo e modalidade de contrato de retrocessão.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE)

Assim como a PPNG-RVE, esta provisão é constituída mensalmente, ao final de cada mês, e tem o objetivo de estimar os valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer após a data-base e até o final da vigência, porém somente referente aos riscos assumidos, porém não emitidos.

Esta provisão decorre da estimativa de receita de prêmios referentes a riscos vigentes mas não emitidos, que é realizada por meio de metodologia estatístico-atuarial que se baseia no desenvolvimento das emissões de prêmios em atraso (emissões posteriores ao início de vigência), observadas em triângulos de *run-off*.

A PPNG-RVNE é obtida por meio de estimativa da parte dos prêmios a decorrer, da data-base de cálculo da provisão até a data de fim de vigência estimada dos riscos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
(+) Prêmios emitidos líquidos	7.4.1	218.316
(+/-) Variações das provisões técnicas	19	(14.723)
(=) Prêmios ganhos	20	203.593
(-) Sinistros ocorridos	20	(31.631)
(-) Custos de aquisição	20	(5.383)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	21	(36.422)
(+/-) Resultado com retrocessão	22	(103.321)
(-) Despesas administrativas	23	(11.817)
(-) Despesas com tributos	24	(10.498)
(+) Resultado financeiro	25	17.136
(=) Resultado operacional	21	63.289
(=) Resultado antes dos impostos e participações	21	63.289
(-) Imposto de renda	10.1.3	(5.395)
(-) Contribuição social	10.1.3	(6.316)
(-) Participações sobre o lucro	-	(15)
(=) Lucro líquido do exercício	9.931	34.298
(/) Quantidade de ações	17.1	75.777.320
(=) Lucro líquido por ação	0,13	0,45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais



3.13 Passivos financeiros

Passivos financeiros são quaisquer passivos que sejam considerados uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro, ou de trocar ativos ou passivos sob condições desfavoráveis, bem como, um contrato que será ou poderá ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria Resseguradora.

Os demais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo de mercado e utiliza-se o método taxa efetiva de juros quando for necessária a realização do ajuste a valor presente. É utilizada a taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, quando não houver uma taxa de juros definida no contrato.

3.14 Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. Os benefícios extensivos a todos os funcionários incluem vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica, assistência odontológica, previdência privada, seguro de vida, auxílio-babá ou creche. A Resseguradora não possui benefícios com características de obrigação pós-emprego.

3.15 Capital social

As ações emitidas pela Resseguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Resseguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

3.16 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Resseguradora é autora em ações de natureza tributária. A análise do risco e probabilidade de perda levam em consideração a estimativa dos advogados responsáveis pela condução dos casos, além do andamento das ações e jurisprudência aplicável. Atualmente a Resseguradora não é parte em ações de natureza cível ou trabalhista em andamento.

3.17 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

3.17.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: (a) os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou endossos e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; (b) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outras resseguradoras, pelo regime de competência.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

3.17.2 Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20%, conforme disposto Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, que vigora até 2018. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 no período.

Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e estão calculados com base nas alíquotas de 15% e 25%.

As contribuições para o PIS são apuradas e pagas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, conforme legislação vigente.

3.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos aos acionistas e/ou juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, quando declarados, com base no estatuto social da Resseguradora. Qualquer valor acima do dividendo/juros sobre capital próprio declarado ou do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

(a) Cálculo de impairment de ativos não financeiros

A administração avalia, anualmente, seus ativos para a verificação da necessidade de registro de impairment quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", equivalente ao IAS36.

(b) Créditos tributários

A Resseguradora reconhece imposto diferido ativo, no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis sejam alcançados de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15.

(c) Avaliação de passivos de resseguros

A Resseguradora faz uso de fontes internas e externas de informação disponíveis sobre experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e, dos atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuárias e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos, cujo evento segurado já tenha ocorrido. Mesmo considerando todos indicadores disponíveis e experiência passada, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados.

5. GESTÃO DE RISCOS ORIGINADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONTRATOS DE RESSEGUROS

5.1 Gestão de risco de resseguro

O principal risco para a Resseguradora, nos contratos de resseguro, é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência, severidade e valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes saudáveis e prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Resseguradora adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais a retrocessão seria se compromete a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar. de acordo com os contratos de resseguro. Apesar de a Resseguradora apresentar contratos de retrocessão, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores dos contratos de resseguro, existindo assim uma exposição de crédito em relação a retrocessão cedida, na extensão em que cada retrocessionária não possa satisfazer suas obrigações assumidas nos contratos de retrocessão. Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.

A tabela a seguir demonstra os valores de prêmios emitidos por carteira:

Carteira	31 de dezembro de 2018 (Região 2*)	31 de dezembro de 2017 (Região 2*)
Patrimonial	27.022	26.013
Marítimos	5.103	4.593
Riscos Especiais	(4.001)	(1.766)
Responsabilidades	31.088	24.606
Transportes	96.530	92.721
Riscos Financeiros	33.594	21.220
Pessoas Coletivo	12	(60)
Rural	58	54
Petróleo	28.910	-
<b>Total da carteira</b>	<b>218.316</b>	<b>167.381</b>

(\*) Conforme circular SUSEP 517/15, na definição de segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2.

5.2 Análises de sensibilidade

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuárias. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Resseguradora.

Isto posto, acrescenta-se que o teste de sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no passivo da Resseguradora, bem como no patrimônio líquido ajustado (PLA) e no resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base.

Neste contexto, o teste de sensibilidade realizado para a Chubb Resseguradora Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2018, foi aplicado sobre a provisão de sinistros ocorridos e não avisados e a provisão de sinistros a liquidar (PSL), declaradas para todos os grupos operacionalizados pela Resseguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Bruto de resseguro PLA Resultado (1)	Líquido de resseguro PLA Resultado (2)	Bruto de resseguro PLA Resultado (1)	Líquido de resseguro PLA Resultado (2)
<b>Premissas Atuárias</b>				
Aumento de 5,0% aplicado à Provisão de IBNR (1)	(1.679)	(1.679)	(838)	(838)
Redução de 5,0% aplicada à Provisão de IBNR (2)	1.679	1.679	838	838
Aumento de 5,0% aplicado à Provisão de IBNER (3)	(697)	(697)	(125)	(125)
Redução de 5,0% aplicada à Provisão de IBNER (4)	697	697	125	125
Aumento de 5,0% aplicado sobre a PSL (5)	(3.681)	(3.681)	(1.515)	(1.515)
Redução de 5,0% aplicada sobre a PSL (6)	3.681	3.681	1.515	1.515

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018	
	Bruto de resseguro PLA Resultado (1)	Líquido de resseguro PLA Resultado (2)	Bruto de resseguro PLA Resultado (1)	Líquido de resseguro PLA Resultado (2)
<b>Premissas Atuárias</b>				
Aumento de 5,0% aplicado à Provisão de IBNR (1)	(1.633)	(1.633)	(507)	(507)
Redução de 5,0% aplicada à Provisão de IBNR (2)	1.633	1.633	507	507
Aumento de 5,0% aplicado à Provisão de IBNER (3)	(853)	(853)	(198)	(198)
Redução de 5,0% aplicada à Provisão de IBNER (4)	853	853	198	198
Aumento de 5,0% aplicado sobre a PSL (5)	(3.352)	(3.352)	(1.044)	(1.044)
Redução de 5,0% aplicada sobre a PSL (6)	3.352	3.352	1.044	1.044

- (1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais aplicados à Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis das respectivas datas-base analisadas.
- (2) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais aplicados à Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas das datas-base analisadas.
- (3) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais aplicados à Provisão de IBNER e mantendo as demais variáveis aplicadas das datas-base analisadas.
- (4) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais aplicados à Provisão de IBNER e mantendo as demais variáveis aplicadas das datas-base analisadas.
- (5) Aumento de 0,5 (cinco) pontos percentuais da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada das datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- (6) Redução de 0,5 (cinco) pontos percentuais da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada das datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- (7) Valores obtidos após a dedução do imposto de renda e contribuição social.

5.3 Gerenciamentos de riscos financeiros

A carteira de investimentos está exposta a riscos financeiros que são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que levam em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Resseguradora.

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Resseguradora são:

(a) Risco de mercado

Risco de mercado está associado à perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices.

O principal fator de risco de mercado presente no balanço é a taxa de juros prefixada. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção de estrutura, a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa; uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

As principais ferramentas de controle de riscos de mercado, sobre as quais são aplicados limites operacionais, são a análise de sensibilidade e valor em risco. Em adição faz-se simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A Resseguradora utiliza os serviços especializados de consultoria externa autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para realizar análises de risco, sensibilidade e testes de stress quanto à gestão dos riscos financeiros e a simulação de seus impactos sobre os resultados e patrimônio líquido da empresa. Estes resultados são utilizados pela Resseguradora no que se refere ao controle, planejamento e suporte para a tomada de decisões e, também, para a identificação dos riscos que envolvem as carteiras de ativos e passivos da Resseguradora. Para o cálculo do grau de impacto dos riscos dos ativos financeiros que compõem as respectivas carteiras, são utilizados cenários históricos e dados atuais de mercado para a projeção dos resultados.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos financeiros da Resseguradora levando em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Resseguradora.

As análises de sensibilidade foram realizadas com base na Modified Duration (sensibilidade a oscilações nas taxas de juros) de cada uma das classes de ativo a que a carteira estava exposta em:

Classe	Premissa*	31 de dezembro de 2018	Impacto sobre a parcela da Carteira (%)	Saldo após impacto
Títulos públicos IPCA	Acréscimo de 1% no cupom de IPCA	89.905	-2,41%	87.742
	Decréscimo de 1% no cupom de IPCA		2,41%	92.071
Títulos públicos - Prefixados	Acréscimo de 1% na taxa prefixada	12.499	-2,33%	12.208
	Decréscimo de 1% na taxa prefixada		2,33%	12.790
Títulos públicos - Pós-fixados	Acréscimo de 1% no spread da LFT	115.151	-5,08%	109.301
	Decréscimo de 1% no spread da LFT		5,08%	120.999

\* Premissa: mudanças paralelas nas curvas de precificação

Classe	Premissa*	31 de dezembro de 2017	Impacto sobre a parcela da Carteira (%)	Saldo após impacto
Títulos públicos IPCA	Acréscimo de 1% no cupom de IPCA	93.453	-2,54%	91.079
	Decréscimo de 1% no cupom de IPCA		2,54%	95.827
Títulos públicos - Prefixados	Acréscimo de 1% na taxa prefixada	5.754	-2,65%	5.602
	Decréscimo de 1% na taxa prefixada		2,65%	5.906
Títulos públicos - Pós-fixados	Acréscimo de 1% no spread da LFT	116.464	-6,28%	109.150
	Decréscimo de 1% no spread da LFT		6,28%	123.778

\* Premissa: mudanças paralelas nas curvas de precificação

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado mensalmente através da análise e gestão de ativos e passivos financeiros, considerando principalmente a estrutura de classe dos passivos em comparação com os ativos.

A carteira de investimentos da companhia segue as exigências da resolução BACEN 4.444/2015 que define os percentuais de cada título de investimento para garantia de cobertura das Provisões Técnicas da Companhia, bem como alocados na categoria disponível para vendas.

O objetivo é buscar um equilíbrio entre a liquidez e a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e crédito adequados às atividades desenvolvidas pela Resseguradora.

O gerenciamento de ativos e passivos permite a Companhia visualizar com certa antecedência uma possível necessidade de mudança em suas políticas, seja na mudança de regras de liquidez, nas políticas de crédito ou até mesmo em uma possível necessidade de aporte de capital.

(c) Risco de crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Resseguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Resseguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

A política de gestão de riscos da Resseguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da Resseguradora e alinhados à política de investimento definida. A Resseguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pela agência classificadora de risco Fitch e os ativos classificados na categoria "sem rating" são Fundos de Investimentos, Empréstimos e Recebíveis e ações de empresas que não possuem rating definido pela mesma.

(i) Composição da carteira por classe e por categoria contábil em:

	AAA	BB	BB-	Sem rating	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e bancos	-	-	26.133	-	26.133	26.133
Operações com seguradoras	-	-	-	246.858	246.858	246.858
Disponíveis para a venda	-	-	217.555	-	217.555	217.555
Títulos Públicos - Governo Federal	-	-	217.555	-	217.555	217.555
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>243.688</b>	<b>246.858</b>	<b>490.546</b>	<b>490.546</b>

	AAA	BB	BB-	Sem rating	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2017
Caixa e bancos	-	-	238	-	238	238
Operações com seguradoras	-	-	-	171.386	171.386	171.386
Disponíveis para a venda	-	-	215.671	-	215.671	215.671
Títulos Públicos - Governo Federal	-	-	215.671	-	215.671	215.671
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>215.909</b>	<b>171.386</b>	<b>387.295</b>	<b>387.295</b>

(d) Capital adicional para risco de subscrição de crédito e operacional

Conforme Resolução CNSP 283 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional. (Vide demonstrativo de cálculo na nota 17.5)

(e) Estrutura para gerenciamento de risco

A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

i) Diretoria:

São responsáveis por meio de monitoramento e cumprimento de políticas internas - por estabelecer controles internos e procedimentos para garantir que os limites ou determinadas exposições aos riscos no dia a dia dos negócios não sejam excedidos

ii) Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance:

É composto por executivos da Companhia e responsável por:

- Estabelecer e divulgar padrões, bem como disseminar a cultura de governança, gerenciamento de riscos e compliance;
- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Reportar à alta administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;
- Alinhar a política de aceitação e exposição a riscos à estratégia da Companhia.

iii) Departamento de Riscos:

É responsável por auxiliar as diretorias no processo de gerenciamento de riscos empregando metodologia para a identificação, avaliação e tratamento dos riscos.

iv) Comitê de Auditoria e Auditoria Interna:

São responsáveis por avaliar e propor melhorias à estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia de forma independente.

6. ATIVOS FINANCEIROS

6.1 Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários e a taxa de juros é apresentada da seguinte forma em:

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Taxa de Custo mais Juros rendimento mercado	Valor de Ajustes	Percentual	Taxa de Custo mais Juros rendimento mercado	Valor de Ajustes	Percentual
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	100% da Selic	317	317	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Prefixada	2	2	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	IPCA + 6%	15.001	15.193	192	7	14.878
Ativo circulante		15.320	15.512	192	7	15.983
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	100% da Selic	114.803	114.834	31	53	115.465
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Prefixada	12.358	12.497	139	6	5.766
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	IPCA + 6%	72.226	74.712	2.486	34	81.813
Ativo não circulante		199.387	202.043	2.656	93	203.044
Total das aplicações		214.707	217.555	2.848	100	219.027

Todos os títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 encontram-se classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda".

a) Composição por prazo de vencimento

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Disponível para venda</b>		
Até 12 meses	15.512	15.704
De 12 a 24 meses	86.568	18.941
Acima de 24 meses	115.475	181.026
<b>Total das aplicações</b>	<b>217.555</b>	<b>215.671</b>

b) Movimentação dos títulos e valores mobiliários

A movimentação das aplicações é apresentada da seguinte forma em:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Disponível para venda</b>		
Saldo Inicial	215.671	247.698
(+) Aplicações	131.418	228.435
(-) Resgates	(147.130)	(286.123)
(+) Rendimentos	14.748	29.017
(-) Ajustes com TVM	2.848	(3.356)
<b>Total das aplicações</b>	<b>217.555</b>	<b>215.671</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.



**7.4.2 Prêmios de Retrocessão subdivididos em classes**  
Os prêmios cedidos em retrocessão estão representados pelas seguintes resseguradoras admitidas, classificadas pela agência de risco Mood's:

Tipo	Classificação de risco	31 de dezembro de 2018
Seguradora	N/A	3.34%
Ressegurador Local	N/A	9.02%
Ressegurador Admitido	A	4,86%
	A+	25,31%
	A++	44,32%
	AA+	0,23%
	AA-	1,38%
	A-	11,66%
Ressegurador Eventual	AA-	-0,55%
	Baa1	0,43%

**8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2018 é composto pelos valores em transito de pagamento de sinistros, aguardando confirmação bancária, que representam R\$17.927 e de participação nos lucros no valor de R\$7.263.

**9. ATIVOS DE RESEGUROS - PROVISÕES TÉCNICAS**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Sinistros pendentes de pagamento	80.716	90.187
IBNR	31.728	40.709
IBNeR retrocessão	20.800	23.838
Prêmio de resseguro diferido	57.664	46.339
<b>Total de créditos a receber</b>	<b>190.908</b>	<b>201.073</b>
Circulante	185.727	194.928
Não Circulante	5.181	6.145

**10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

**10.1 Impostos e contribuições**

**10.1.1 Créditos tributários e previdenciários**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Impostos a compensar (i)</b>	<b>24.974</b>	<b>18.955</b>
Outros créditos - IR	13.763	10.162
Pis a Compensar	264	340
Cofins a Compensar	950	1.277
CS a Compensar	9.997	7.176
<b>Impostos diferidos (ii)</b>	<b>15.787</b>	<b>2.625</b>
Imposto de Renda Diferido	9.867	1.458
Contribuição Social Diferida	5.920	1.167
<b>Total dos créditos</b>	<b>40.761</b>	<b>21.580</b>

i) Os créditos tributários registrados no ativo circulante decorrem de impostos a compensar

ii) Referem-se aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias

**10.2 Impostos e contribuições**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	13.778
COFINS	1.576	841
PIS	256	137
Outros tributos diferidos	1.140	1.509
<b>Total dos Impostos e contribuições</b>	<b>2.972</b>	<b>16.265</b>
Circulante	1.909	14.881
Não Circulante	1.063	1.384

**10.3 Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e após participações e juros sobre capital próprio	21.642	21.642
Adições (exclusões) permanentes despesas ineditáveis	71	71
Adições (exclusões) temporárias	33.634	33.634
<b>Sub-total</b>	<b>55.347</b>	<b>55.347</b>
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	-
<b>Lucro tributável</b>	<b>55.347</b>	<b>55.347</b>

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 15% mais adicional de 10% e 20% respectivamente	13.803	11.069
<b>Lucro Antes Compensação Prejuízo</b>	<b>13.803</b>	<b>11.069</b>
Reversão (constituição) de crédito tributário sobre adições temporárias às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	(9.408)	(4.753)
<b>Despesas líquidas com tributos</b>	<b>5.395</b>	<b>6.316</b>
<b>Alíquota vigente</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>

**10.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre, ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. Os tributos diferidos são mensurados sobre o montante das diferenças temporárias e sua expectativa de realização, dessa forma, as alíquotas definidas para determinação dos mesmos são, 25% para o Imposto de Renda e de 15% para a Contribuição Social, considerando a alteração na alíquota da Contribuição Social para 15%, a partir de 01 de Janeiro de 2019, conforme Lei 13.189/15.

A Companhia apresentou lucro tributável nos últimos 5 (cinco) anos e possui expectativa de lucros tributáveis futuros que permitem a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 (dez) anos. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da reversão das provisões relacionadas.

A movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é apresentada da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2017	Constituições	Reversões	31 de dezembro de 2018
Redução ao valor recuperável sobre prêmios de resseguros	1.778	13.761	-	15.539
Provisão sobre títulos públicos	(1.509)	(1.139)	1.509	(1.139)
Outras provisões	847	(600)	247	494
<b>Total dos Impostos Diferidos</b>	<b>1.116</b>	<b>12.622</b>	<b>909</b>	<b>14.647</b>

**11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO**

A movimentação dos custos de aquisições é apresentada da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018
Saldo Inicial	1.132	15.313
Constituição	-	137
Reversão	-	(14.181)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.132</b>	<b>1.269</b>
Circulante	1.026	1.048
Não Circulante	243	84

Os montantes registrados na rubrica Custo de aquisição diferido são basicamente comissões pagas às seguradoras. A amortização é de forma linear pelo prazo de vigência dos contratos.

**12. ATIVO IMOBILIZADO**

As contas do ativo imobilizado apresentaram as seguintes movimentações:

	31 de dezembro de 2017	Baixas	Despesas de Depreciação	31 de dezembro de 2018	Taxas anuais amortização
<b>Bens móveis de uso</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>1</b>	<b>10%</b>
Equipamentos	3	-	(2)	1	10%
Móveis, máquinas e utensílios	6	-	(4)	2	10%
Veículos	12	(4)	(8)	-	20%
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>21</b>	<b>(4)</b>	<b>(14)</b>	<b>3</b>	<b>-</b>

	31 de dezembro de 2016	Baixas	Despesa de Depreciação	31 de dezembro de 2017	Taxas anuais amortização
<b>Bens móveis de uso</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>3</b>	<b>10%</b>
Equipamentos	6	-	(3)	3	10%
Móveis, máquinas e utensílios	9	-	(3)	6	10%
Veículos	33	-	(21)	12	20%
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>(27)</b>	<b>21</b>	<b>-</b>

**13. INTANGÍVEL**

As contas do intangível apresentaram as seguintes movimentações:

	31 de dezembro de 2017	Despesas de Amortização	31 de dezembro de 2018	Taxas anuais amortização
Desenvolvimento de sistemas	9	(9)	-	20%
<b>Ativo intangível</b>	<b>9</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	31 de dezembro de 2016	Despesas de Amortização	31 de dezembro de 2017	Taxas anuais amortização
Desenvolvimento de sistemas	21	(12)	9	20%
<b>Ativo intangível</b>	<b>21</b>	<b>(12)</b>	<b>9</b>	<b>-</b>

**14. CONTAS A PAGAR - OBRIGAÇÕES A PAGAR**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Participação nos lucros a pagar	20	78
Salários e gratificações a pagar	672	602
Outros débitos com afiliadas	1.343	1.423
Dividendos propostos	497	9.328
Outros	210	15.656
<b>Total de obrigações a pagar</b>	<b>2.742</b>	<b>27.687</b>

**15. DEPÓSITOS TERCEIROS**

A conta depósitos de terceiros refere-se, basicamente, a recebimentos de prêmios de resseguro que ainda não foram baixados de prêmios a receber:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Idade de vencimento</b>	<b>820</b>	<b>30.998</b>
0 a 30 dias	820	30.998
31 a 60 dias	5.484	1.610
61 a 120 dias	2.106	5.140
121 a 180 dias	10.824	201
181 a 365 dias	3.161	2.641
Acima de 365	35.864	2.590
<b>Total de depósito de terceiros</b>	<b>58.259</b>	<b>43.180</b>

**16. PROVISÕES TÉCNICAS**

**16.1. Movimentação das provisões técnicas:**

	31 de dezembro de 2017	Constituição	Reversão	31 de dezembro de 2018
Prêmios não ganhos	51.663	210.291	(195.568)	66.386
Sinistros a liquidar	156.522	59.697	(54.002)	162.217
Sinistros ocorridos mas não avisados	63.001	22.913	(20.633)	65.281
<b>Saldo no final do período</b>	<b>271.186</b>	<b>292.901</b>	<b>(270.203)</b>	<b>293.884</b>
Circulante	-	-	-	287.630
Não Circulante	-	-	-	6.254

	31 de dezembro de 2016	Constituição	Reversão	31 de dezembro de 2017
Prêmios não ganhos	78.163	-	(26.500)	51.663
Sinistros a liquidar	151.906	4.616	-	156.522
Sinistros ocorridos mas não avisados	64.653	-	(1.652)	63.001
<b>Saldo no final do período</b>	<b>294.722</b>	<b>4.616</b>	<b>(28.152)</b>	<b>271.186</b>
Circulante	-	-	-	264.557
Não Circulante	-	-	-	6.629

A cobertura das provisões técnicas é demonstrada da seguinte forma em:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisões técnicas de resseguro - passivo	293.884	271.186
Provisões técnicas de retrocessão - ativo	(136.759)	(164.838)
(-) Direitos creditórios	(25.644)	(25.282)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>131.481</b>	<b>81.066</b>
Investimentos em títulos e valores mobiliários	217.555	215.671
<b>Cobertura Excedente</b>	<b>86.074</b>	<b>134.605</b>
<b>20% do Capital de Risco (CR)</b>	<b>12.000</b>	<b>12.000</b>
<b>Liquidez</b>	<b>74.074</b>	<b>122.605</b>

As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de retrocessão das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O total apresentado não considera os valores referentes à PDR com saldo de R\$3.031 bruto de resseguro e (R\$ 1.170 líquido de resseguro) em 31 de dezembro de 2018.

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

	Desenvolvimento de sinistros brutos de retrocessão							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Montante estimado para os sinistros	-	-	66.678	139.307	28.454	25.941	3.681	-
- No final do ano do aviso	-	-	-	-	-	-	-	-
- Um ano após o aviso	-	20.299	118.239	177.048	67.172	51.294	-	-
- Dois anos após o aviso	5.461	44.281	104.409	195.060	76.069	-	-	-
- Três anos após o aviso	8.937	46.107	108.475	207.354	-	-	-	-
- Quatro anos após o aviso	13.735	48.200	109.582	-	-	-	-	-
- Cinco anos após o aviso	13.465	57.385	-	-	-	-	-	-
- Seis anos após o aviso	16.019	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	16.019	57.385	109.582	207.354	76.069	51.294	3.681	521.384
Pagamentos acumulados até a data base	8.203	32.084	75.540	172.074	58.736	25.606	41	372.284
Passivo reconhecido no balanço	7.816	25.302	34.042	35.280	17.333	25.687	3.640	149.100
Passivo em relação a períodos anteriores a janeiro/2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo relacionado à DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo relacionado à retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo incluso no balanço</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>159.186</b>

	Desenvolvimento de sinistros líquidos de retrocessão							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Montante estimado para os sinistros	-	-	43.423	70.679	13.081	3.610	521	-
- No final do ano do aviso	-	-	-	-	-	-	-	-
- Um ano após o aviso	-	9.397	65.577	53.704	28.704	18.294	-	-
- Dois anos após o aviso	2.201	19.310	64.243	67.157	31.510	-	-	-
- Três anos após o aviso	4.109	18.765	65.543	70.361	-	-	-	-
- Quatro anos após o aviso	4.356	19.771	67.753	-	-	-	-	-
- Cinco anos após o aviso	4.420	21.762	-	-	-	-	-	-
- Seis anos após o aviso	5.381	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	5.381	21.762	67.753	70.361	31.510	18.294	521	215.582
Pagamentos acumulados até a data-base	2.197	15.597	51.723	60.958	24.742	2.305	21	157.543
Passivo reconhecido no balanço	3.184	6.165	16.030	9.403	6.768	15.989	500	58.039
Passivo em relação a períodos anteriores a janeiro/2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo relacionado à DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo relacionado à retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo incluso no balanço</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59.531</b>

Os resultados encontrados para cada ano de aviso dos sinistros demonstram as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial com data de encerramento em 31 de dezembro para cada exercício.

Adicionalmente, a Chubb Resseguradora Brasil S.A. passou a constituir, a partir de 30/06/2014, a Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com intuito de evitar desenvolvimentos que gerem impactos significativos na PSL já registrada em cada exercício.



CHUBB		CHUBB RESSEGUARDORA BRASIL S.A.		CNPJ nº 10.808.462/0001-93	
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
<b>24. DESPESAS COM TRIBUTOS</b>			<b>25. RESULTADO FINANCEIRO</b>		
PIS	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
COFINS	(1.207)	(864)			
Taxa de fiscalização	(7.425)	(5.338)			
CIDE/IOF/IR/ISS sobre operação cambial	(591)	(611)			
PIS/COFINS sobre operação cambial	(186)	(926)		29.298	36.856
Outras	(1.086)	-		(12.162)	(7.764)
<b>Total das despesas com tributos</b>	<b>(10.498)</b>	<b>(7.743)</b>		<b>17.136</b>	<b>29.092</b>
<b>DIRETORIA</b>			<b>CONTADOR</b>		<b>ATUÁRIO</b>
Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade	Paulo Manuel Pinto Pereira	Luiz Antonio da Fonseca	Marcelo Cesaro	Fernando Messias Cordeiro CRC 1SP-261101/O-9	Karina Miyuki Honma Nita MIBA 1086
<b>OPINION</b>					
<b>Aos Acionistas e Administradores da Chubb Resseguradora S.A.</b>					
<b>Escopo da Auditoria</b>					
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da <b>Chubb Resseguradora S.A.</b> (Resseguradora) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.					
<b>Responsabilidade da Administração</b>					
A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.					
<b>Responsabilidade dos Atuários Independentes</b>					
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.					
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Resseguradora.					
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.					
<b>OPINION</b>					
<b>RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA</b>					
O Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que inclui: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do escopo dos trabalhos e desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.					
O Comitê promoveu, neste exercício, reuniões com o Diretor Presidente, com o Gestor de Riscos e com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outras.					
O Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo envolvendo denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Resseguradora que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.					
O Comitê de Auditoria da Chubb Resseguradora Brasil S.A., consideradas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda a aprovação, pela Administração das demonstrações financeiras das Companhias, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.					
São Paulo, 25 de fevereiro de 2019 <b>Luiz Pereira de Souza - Presidente</b> <b>Rodnei Caio Baptista</b> <b>Ieda Cristina Correa Bhering da Silva</b>					
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>					
<b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b>					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.					
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.					
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.					
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.					
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.					
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
São Paulo, 25 de fevereiro de 2019					
<b>OPINION</b>					
<b>RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA</b>					
O Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que inclui: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do escopo dos trabalhos e desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.					
O Comitê promoveu, neste exercício, reuniões com o Diretor Presidente, com o Gestor de Riscos e com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outras.					
O Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo envolvendo denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Resseguradora que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.					
O Comitê de Auditoria da Chubb Resseguradora Brasil S.A., consideradas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda a aprovação, pela Administração das demonstrações financeiras das Companhias, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.					
São Paulo, 25 de fevereiro de 2019 <b>Luiz Pereira de Souza - Presidente</b> <b>Rodnei Caio Baptista</b> <b>Ieda Cristina Correa Bhering da Silva</b>					
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>					
<b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b>					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.					
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.					
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.					
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.					
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.					
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
São Paulo, 25 de fevereiro de 2019					
<b>OPINION</b>					
<b>RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA</b>					
O Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que inclui: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do escopo dos trabalhos e desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.					
O Comitê promoveu, neste exercício, reuniões com o Diretor Presidente, com o Gestor de Riscos e com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outras.					
O Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo envolvendo denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Resseguradora que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.					
O Comitê de Auditoria da Chubb Resseguradora Brasil S.A., consideradas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda a aprovação, pela Administração das demonstrações financeiras das Companhias, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.					
São Paulo, 25 de fevereiro de 2019 <b>Luiz Pereira de Souza - Presidente</b> <b>Rodnei Caio Baptista</b> <b>Ieda Cristina Correa Bhering da Silva</b>					
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>					
<b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b>					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.					
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.					
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.					
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.					
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.					
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
São Paulo, 25 de fevereiro de 2019					

## Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO VOTORANTIM S.A.....	3
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO .....	29
BVIA- BV INVEST. ALTERNATIVOS E GESTÃO DE RECURSOS S.A. ....	39
BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A .....	34
CHUBB RESSEGUARDORA BRASIL S.A. ....	42
CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. ....	24
EMBU S A ENGENHARIA E COMERCIO .....	50
PROMOTIVA S.A. ....	53
TOKIO MARINE SEGURADORA S/A .....	16
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIB. DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA .....	46
VOTORANTIM CORRETORA DE SEGUROS S.A. ....	56

# Ouvidoria

## Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**io ouvidoria**

ouvidoria@imprensaoficial.com.br  
Rua da Mooca, 1921  
Cep: 03103 - 902 São Paulo  
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx  
(11) 2799 9687



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:02:54.  
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E  
[ Ticket: 30009700 ] - [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



**Diário Oficial** Empresarial 2  
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 38 Página 45  
São Paulo, terça-feira, 26 de fevereiro de 2019

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO